Caderno 5

Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

Como Fazer a Conferência

Propostas e Recomendações



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Ministra: Marina Silva

SECRETARIA EXECUTIVA
Secretário Executivo: João Paulo Ribeiro Capobianco

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Diretor: Marcos Sorrentino
Coordenação Geral de Educação Ambiental
Coordenadora Geral: Thaís Ferraresi Pereira
Coordenadora Geral de Cidadania
Coordenadora: Isis Akemi Marimoto Toshi Oliveira

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Ministro: Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA EXECUTIVA
Secretária Executiva: Izolda Cela

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
Secretária: Zara Figueiredo

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Diretora: Maria do Socorro Silva
Coordenação Geral de Educação Ambiental para Diversidade e Sustentabilidade
Coordenadora Geral: Rita Silvana Santana dos Santos

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Ministro: Waldez Góes

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Diretoria Colegiada
Diretora-Presidente: Veronica Sánchez da Cruz Rios
Diretor: Maurício Abijaodi
Diretora: Ana Carolina Argolo
Diretor: Filipe de Mello Sampaio Cunha
Diretor: Nazareno Araújo

Comitê de Editoração:
Coordenador: Joaquim Guedes Correa Gondim Filho
Humberto Cardoso Gonçalves
Luciano Menezes Cardoso da Silva
Secretário Executivo: Nazareno Araújo

SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO AO SINGREH E ÀS AGÊNCIAS INFRANACIONAIS DE REGULAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO
Superintendente: Humberto Gonçalves
Superintendente adjunta: Renata Rozendo Maranhão

COORDENAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DO SINGREH E DO SETOR DE SANEAMENTO
Coordenadora: Vivyanne Melo
Coordenadora substituta: Eliana Teles do Carmo

Caderno 5

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

Como Fazer a Conferência

Propostas e Recomendações



Brasília, DF
MMA | MEC | ANA
2023

© 2023 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima , Ministério da Educação, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.
Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do MEC ou da ANA, ou o ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original em https://https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conf_Infantojuvenil_cad6.pdf/; ou https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/

Equipe Técnica
Neusa Helena Rocha Barbosa (MMA)
Patricia Fernandes Barbosa (MMA)
Jane Fátima Fonteneles Fontana (ANA)

Organização dos cadernos
Nilo Sérgio de Melo Diniz

Textos e Edição
Sumaya Dounis
Simone Portugal
Nilo Sérgio de Melo Diniz

Revisão
Taiana Brito Nascimento
Neusa Helena Rocha Barbosa
Renata Rozendo Maranhão
Jane Fátima Fonteneles Fontana

Projeto Gráfico
Gaia Diniz

Fotografia
Acervo do MEC e MMA

Colaboradores

Comissões Organizadoras Estaduais, Secretarias Estaduais de Educação, representantes de Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente, jovens facilitadores, ex-delegados e equipe técnica das quatro edições nacionais da CNIJMA e da edição internacional.

Essa publicação foi realizada em 2017, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/005 - Educação Ambiental/ EEN - sob coordenação do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Essa 2ª edição foi editada, revisada e atualizada no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica 586RLA2001 – "Cooperação Sul-Sul", firmado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos no contexto dos países da América Latina e Caribe e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)".

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nestes cadernos são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da Unesco, IICA, ANA, MMA e MEC nem comprometem as organizações.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

B827 Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Educação, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.
Nº5 Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – como fazer a Conferência: propostas e recomendações. – caderno 5 [Recurso Eletrônico]– Brasília: MMA, 2023.

62 p. ; tab., graf.
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-88265-61-1

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Educação ambiental. 3. Qualidade Ambiental. 4. Participação comunitária. 5. Cidadania. 6. Conferência 7. Metodologia (palestra). II. Título. III. Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

CDU (2.ed.) 502.15

Patrícia da Silva Soares – CRB 1/1567

Siglas

CCN - Comitê Consultivo Nacional
CGEA – Coordenação Geral de Educação Ambiental
CGEB – Coordenação Geral de Educação Básica
CIEA – Comissão Interinstitucional Estadual de Educação Ambiental
CNIJMA – Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
CJ – Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente
CJMA – Conselho Jovem pelo Meio Ambiente
CNMA – Conferência Nacional do Meio Ambiente
COE – Comissão Organizadora Estadual
Com-Vida – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola
CON – Comissão Organizadora Nacional
CONFINT – Conferência Internacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
Conjuve – Conselho Nacional de Juventude
CTE-CNTI – Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
DCNEA – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
DEA – Departamento de Educação Ambiental
EA – Educação Ambiental
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MEC – Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
ONG – Organização Não-Governamental
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
PNES – Programa Nacional Escolas Sustentáveis
PPA – Plano Plurianual
PPP – Projetos Políticos Pedagógicos
REJUMA – Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
SEDU – Secretaria de Estado de Educação
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação
SEE – Secretaria de Estado de Educação
SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SME – Secretaria Municipal de Educação
SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Sumário

Siglas 05
Apresentação 07
Introdução 10
Educação Ambiental e Participação Social 13
- Fortalecer a Educação Ambiental
- Participar é Ação

Espaço de Formação e Participação da Juventude 15
- Jovens em Formação
- Movimentando Redes, Coletivos e Organizações de Jovens

Ações da Conferência na Escola 17
CNIJMA sob Nova Gestão 18
- Metodologia - Como Fazer
  - Periodicidade e Participação
  - Temas
  - Formação
  - Inovar a Conferência
  - Projetos e Resultados
  - Os Professores
  - Programa
  - Coletivos Jovens

Mobilização Social 25
- Comunicação
- Gestão Financeira e Técnica
- Logística
- Apoio Institucional
- Os Processos Continuam

Monitorar e Avaliar é Preciso 35
A base para a Avaliação são os Objetivos
- Avaliação e Monitoramento Qualiquantitativos
- Dimensão 1: Institucionalização da CNIJMA
- Dimensão 2: Participação de adolescentes em ações socioambientais
- Dimensão 3: Participação da juventude em ações socioambientais
- Dimensão 4: Fortalecimento da EA na escola e comunidade
- Dimensão 5: Integração e organização em rede dos diversos atores socioambientais

Com a Palavra Gestores do OG e da CNIJMA 45
Resumo e Ficha Técnica das Conferências 46
Referências 58

Apresentação

A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é uma iniciativa do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), constituído pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com o objetivo de mobilizar adolescentes e jovens de todo o país a refletir, discutir e propor ações e projetos no contexto da temática socioambiental, seus desafios e alternativas, para o âmbito da escola, do município, do estado e do país como um todo.

Esta conferência aconteceu pela primeira vez, em 2003, em conjunto com a primeira Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA), promovida pelo MMA. Nessa primeira edição, realizada no campus da Universidade de Brasília, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima organizou a CNIJMA em parceria com o MEC; nas demais, a Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC (SECADI) coordenou o processo, sempre em parceria com o Departamento de Educação Ambiental do MMA.

Nas cinco edições da CNIJMA realizadas ao longo de quinze anos (2003-2018), participaram mais de 20 milhões de pessoas, entre adolescentes de 11 a 15 anos (como delegado/as), jovens de 16 a 29 anos (como mobilizadores, facilitadores, oficineiros, gestores etc.), professores e adultos das comunidades escolares (acompanhantes e participantes da Conferência na Escola), gestores da educação e do meio ambiente (organização local e nacional). Foram mobilizadas, por edição, em média, 14 mil escolas em todos os estados brasileiros.

Somando-se às conferências nacionais, a Conferência Internacional Infantojuvenil "Vamos Cuidar do Planeta" (Confint), realizada em 2010, envolveu 62 países, com participação de 47 destes até a Conferência final, realizada no Brasil. Um total de quase 90 mil escolas e mais de 13 milhões de pessoas participaram das discussões sobre as Mudanças Ambientais Globais, desde as conferências nas escolas.

Esses números expressivos indicam a amplitude, a oportunidade e a necessidade

histórica dessa Conferência, que se constitui num chamado à juventude para que compartilhe do enfrentamento aos desafios socioambientais da atualidade, com o fortalecimento dos processos de educação ambiental, da escola, da comunidade de seu entorno e da sociedade.

Outro indicador relevante de sua pertinência foi o surgimento de inúmeras Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida), em escolas por todo o país, com vistas à continuidade e permanência da discussão e ação no cotidiano da comunidade escolar. Vale observar também a organização de diversos Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente (CJ), com relativa autonomia em relação aos órgãos de governo, bem como da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma), que, à época, integrou o Conselho Nacional da Juventude, fortalecendo os processos da Política e da Conferência Nacional da Juventude.

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, em 2012, foi notória a grande participação e o protagonismo de jovens egressos dos processos da CNIJMA, nos diversos eventos realizados.

Por tudo isso, a CNIJMA pode ser considerada uma referência em política pública para o exercício do direito à liberdade, previsto no Artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual "a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis". O Artigo 16 deste estatuto especifica que o direito à liberdade compreende os direitos de opinião e expressão, e de participação na vida política.

Esta coletânea é composta por cinco cadernos de avaliação dos primeiros 10 anos da conferência e um caderno sobre a V CNIJMA (2018). Decorridos sete anos da primeira edição, a coletânea ganhou esse novo caderno, sendo também revisada e atualizada em todo o seu conteúdo, graças à parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, que contratou uma consultoria, por meio do Projeto de Cooperação com a UNESCO, bem como o apoio nesta versão impressa da Itaipu Binacional.

Esta segunda edição da coletânea, com seis cadernos, continua avaliando os primeiros 10 anos da conferência, mas também descreve a experiência da V CNIJMA. Esta avaliação foi proposta em 2013 pelo Órgão Gestor da PNEA, em diálogo com instituições parceiras da Conferência, reunidas em sua 4ª edição. O Caderno 1 apresenta um breve histórico com números da primeira década da CNIJMA. O segundo Caderno se dedica a explicar a sua metodologia, em experiência e evolução a cada edição. O Caderno 3 sistematiza resultados de avaliação realizada com os diversos atores envolvidos, o que se soma e interage com "outros olhares", título do quarto Caderno com textos selecionados por edital público, de autoria de lideranças e técnicos locais promotores da Conferência desde a escola até a fase nacional. O Caderno 5 também decorre da pesquisa avaliativa, com contribuições do Órgão Gestor, apresentando propostas e recomendações às edições seguintes. O caderno 6 relata a experiência da V CNIJMA, cujo tema foi o cuidado com as águas, tendo na metodologia e programação aspectos que dialogam com a avaliação dos cadernos anteriores.

Esta publicação procura demonstrar que a Conferência representa, reconhecidamente, para milhões de jovens, um caminho para inserção social e política desse segmento na sociedade brasileira, como um verdadeiro rito de passagem da juventude à cidadania. A sua institucionalização deve ser consolidada e fortalecida como uma política pública de Estado que considera a educação ambiental contribuição relevante à cidadania, por um Brasil mais justo, democrático e sustentável.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação
Órgão Gestor da PNEA

Introdução

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Fernando Birri (citado por Eduardo Galeano)

O amor é meio de o homem se realizar como pessoa!

Karl Marx

O processo de avaliação dessa primeira década de Conferência orientou-se por uma metodologia participativa e dialógica, com oficinas avaliativas e avaliações livres que se somaram a ferramentas de pesquisa, como questionários e entrevistas, buscando integrar e refletir o olhar dos diversos atores envolvidos - coordenadores, técnicos, membros das COE, professores, oficineiros, facilitadores e delegados - o que ensejou em todos esses momentos a manifestação de críticas ou elogios, bem como sugestões, desafios, propostas e recomendações para sua continuidade em melhores condições.

Na verdade, em cada um desses instrumentos de diálogo foi incentivada a formulação e apresentação de propostas para superar fragilidades, potencializar pontos fortes ou também inovar nos processos de Conferência. As propostas oriundas desse processo de avaliação foram mantidas, mas também, por vezes, revisadas, desenvolvidas, emendadas e aglutinadas entre si ou junto a outras semelhantes, discutidas conjuntamente no âmbito do OG-PNEA ou por suas respectivas equipes técnicas.

Assim, este Caderno 5 reúne e apresenta propostas e recomendações colhidas no registro histórico da Conferência (Caderno 1), no relato sobre metodologia (Caderno 2), nos diversos processos participativos de avaliação (Caderno 3), nos artigos selecionados de diferentes atores envolvidos (Caderno 4), bem como nas apreciações e discussões do Órgão Gestor (MMA/MEC).

O sentido dessa garimpagem de ideias é convidar ao debate, educadoras e educadores, bem como os diversos segmentos interessados, especialmente as Comissões Organizadoras Estaduais (COE), os Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente, as Redes de Educação Ambiental, entre outros, estabelecendo um diálogo preparatório às próximas edições da CNIJMA. São desafios, propósitos e meios redimensionados, e repensados, tendo em vista o aprimoramento do processo da Conferência, como um verdadeiro rito de passagem de adolescentes e jovens à cidadania socioambiental na escola, nos estados e no país.

A visão dos participantes da avaliação dos 10 anos de Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – CNIJMA é unânime em reconhecer que se trata de uma iniciativa pública educativa e mobilizadora sem precedentes, cujo fortalecimento como lócus de formação e participação depende de sua institucionalização como política pública de Estado.

Este desafio está pautado ao longo das propostas deste caderno, que foram distribuídas e organizadas, a seguir, nos eixos temáticos de (1) Educação Ambiental e Participação Social, destacando o fortalecimento da EA e a participação; (2) Espaço de Formação e Participação da Juventude, com foco em recomendações sobre jovens em formação e sobre o movimento de redes, coletivos e organizações de jovens; (3) Ações da Conferência na Escola; (4) A CNIJMA sob Nova Gestão, trazendo recomendações referentes à metodologia, detalhada, por sua vez, em como fazer, periodicidade e participação, temas, formação, inovação da Conferência, projetos e resultados, professores, programa e Coletivos Jovens; mobilização social; comunicação; gestão financeira e técnica; logística; apoio institucional; e, finalmente, uma categoria surgida na própria avaliação participativa: (5) Os Processos Continuam.

Com o propósito de ampliar a participação nos processos da CNIJMA, foram observadas cinco situações: (1) o impedimento de participar da Conferência, em razão da idade, gera um sentimento de exclusão num processo muito significativo para os jovens; sobretudo, (2) para aqueles que estiveram perto de alcançar a etapa nacional, em anos anteriores, e não foram selecionados; (3) mas também há jovens que não participaram anteriormente, gostariam de ter essa oportunidade naquela edição, mas se sentem excluídos em função da idade; (4) existe jovens que participaram e criaram expectativas de continuarem atuantes, mas ainda não alcançaram a idade de 16 anos, necessária para ingressar nos Coletivos Jovens; e há, por fim, (5) os integrantes de Coletivos Jovens que se sentem sem apoio para manter a sua atuação nas COE, visto que não representam instituições e, portanto, não dispõem de algum tipo de remuneração.

Na parte final desse Caderno 5, Monitorar e Avaliar é Preciso, apresenta alguns indicadores para o monitoramento e avaliação das próximas edições de Conferência, distribuídos em 6 dimensões, a partir dos objetivos de cada uma das Conferências. O propósito é oferecer às próximas edições meios mais eficazes para uma avaliação participativa, que possa contar com aspectos quantificados, ao longo de todo o processo, de maneira a qualificar as observações avaliativas sobre cada edição realizada.

> ***Aqueles cinco dias de aprendizado foram incríveis, acordar com mais de mil pessoas dispostas a trocar experiências, culturas, histórias foi uma sensação única. Me tornei uma pessoa melhor, aprendi a valorizar as coisas simples, a cuidar mais do ambiente em que vivo, me ensinaram que a melhor mudança é a que vem de dentro. Todos deveriam ter a chance que eu tive.*** Rafaela Pontes Teixeira, 16, Delegada da 4ª CNIJMA – Paraiba do Sul/RJ

Educação Ambiental e Participação Social



Mobilização de jovens de um dos países da CPLP para a Confint - 2010

O primeiro passo no fortalecimento da educação ambiental entre adolescentes e jovens, no âmbito da escola e da sociedade em geral, é a institucionalização da Conferência. Isto compreende também a consolidação do processo participativo em toda a dinâmica de preparação, realização e encaminhamentos, incluindo o intervalo entre uma edição e outra, com a ampliação do espaço e da autonomia da sociedade. Além disso, as recomendações a seguir, reiteram a necessidade de se incentivar o protagonismo juvenil, assegurando melhor proporcionalidade das representações de ações afirmativas, bem como um instrumento que torne públicas as propostas dos jovens e adolescentes.

Fortalecer a Educação Ambiental

- Institucionalizar a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente - CNIJMA, como um processo relevante de consulta e fortalecimento da participação da juventude

junto à temática socioambiental, inserindo-a como instrumento na proposta de criação do Sistema Nacional de Educação Ambiental – Sisnea, em diálogo com o Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama e com um futuro Sistema Nacional de Educação - SNE.

Me senti extremamente capaz de repassar aos meus colegas e amigos tudo que aprendi durante o curto período de tempo, mas que mesmo assim serviu-me como parte do meu currículo para tudo que fiz daquele momento em diante!

José Anderson de Oliveira Lima, 17, Delegado na 4ª CNIJMA - Santa Cruz/RN

Participar é ação

- Coordenar o processo participativo da CNIJMA de forma mais aberta, sempre renovada e menos burocrática, com abertura para receber, acolher, integrar. Essa atitude da coordenação imprime a qualidade do processo participativo.
- Promover um recuo do Estado em relação ao seu grau de incidência nos processos participativos. É preciso que a sociedade crie seus próprios espaços e o Estado apenas incentive, facilite e organize em conjunto.
- Definição do número de vagas para delegado(a)s indígenas e quilombolas proporcionalmente ao número de etnias e de comunidades existente no estado, respectivamente.
- Fortalecer processos de conferências macrorregionais como estratégia para ampliar a participação e favorecer a institucionalização da EA nos estados e municípios, descentralizando do Órgão Gestor da PNEA.
- Valorizar mais a participação, a opinião e a capacidade de intervenção política do público infantojuvenil, inclusive por meio de algum instrumento que marque a sua visão ao participar da conferência - papel que anteriormente era cumprido pela carta de responsabilidades - junto às políticas públicas de educação, meio ambiente e juventude.

Que a CNIJMA continue ensinando e conscientizando as futuras gerações!

Paula Eduarda da Silva, 16, Delegado na 4ª CNIJMA - Tijucas/SC

Espaço de Formação e Participação da Juventude



Delegado/as em ato de entrega de projetos à Presidência da República – Pça. 3 Poderes – 4ª CNIJMA - 2013

Os três princípios da CNIJMA, reiterados na primeira proposta deste tema, sintetizam, de certa forma, as demandas seguintes. Por ser um dos objetivos da CNIJMA, formação é um conceito em destaque nessa coletânea. É assim devido à agenda contemporânea, com abordagem diferenciada da EA, que a Conferência propicia a aluno(a)s e professores, assim como pela gigantesca mobilização de jovens, que envolve sempre um intercâmbio junto a professores, comunidades e gestores, em todo o processo. As recomendações reconhecem e querem potencializar esses atributos, bem como os coletivos jovens e educadores, oferecendo mais capacitação técnica aos participantes.

Jovens em Formação

- Manter e aperfeiçoar em sua aplicação os três princípios básicos da CNIJMA: ***jovem educa jovem, jovem escolhe jovem e uma geração aprende com a outra***.
- Fomentar a integração e intercâmbio entre os delegados, ex-delegados, suplentes e Coletivos Jovens, antes, durante e após a realização da Conferência.
- Incentivar a troca de experiências entre escolas e o intercâmbio entre professores e alunos.

Movimentando redes, coletivos e organizações de jovens

- Promover a participação de maior número de Coletivos Jovens antes, durante e após a realização da Conferência, incentivando a sua disseminação e fortalecimento.
- Envolver os Coletivos Educadores existentes no contexto da CNIJMA, capacitando tecnicamente os jovens (nas primeiras edições da CNIJMA a capacidade técnica foi gerada capacitando os jovens). Essa solução técnica deve ser fortalecida.

> ***A CNIJMA deve ter um reencontro para fortalecermos mais ainda nossas forças, assim, como uma recarga!***
>
> Fernanda Luiza Teixeira, 17, Delegada
>
> na 4ª CNIJMA – Barbacena/MG

Ações da Conferência na Escola

A institucionalização compreende evidentemente o acolhimento dessa política pública entre as demais políticas de educação do MEC, de forma que, na escola, a Com-Vida seja referência de interface da EA com outros campos inter e multidisciplinares no âmbito da comunidade escolar. A demanda local por materiais didáticos, incluindo o passo a passo da CNIJMA, bem como a formação de professores, é reiterada. O encontro de professores realizado durante a 4ª CNIJMA demonstrou a oportunidade e necessidade dessa iniciativa.

- Integrar as ações da CNIJMA a outras ações e políticas públicas de educação desenvolvidas pelo Ministério da Educação.
- Realizar acompanhamento permanente das Com-Vidas, incentivando o seu intercâmbio local e regional.
- Disponibilizar mais materiais para estudo sobre a temática ambiental e sobre a CNIJMA, principalmente na etapa escolar.
- Envio dos materiais didáticos com antecedência, preferencialmente no início do ano da conferência.
- Realizar a formação continuada de professores de maneira integrada com os programas de formação do MEC que já trabalham com ferramentas virtuais e envolvem os núcleos de informática.

Hoje em dia participo do Coletivo e estou a frente de uma das COM-VIDA aqui do Maranhão. E estou esperando ansiosamente pelo dia que tiver a próxima conferencia!

Livino de Sousa Rezende, 16, Delegado na 4ª CNIJMA – Grajaú/MA

CNIJMA sob Nova Gestão



Encontro preparatório com facilitadores – 4ª CNIJMA - 2013

Metodologia - Como Fazer

Aprender fazendo tem sido uma característica da Conferência. Assim, o próximo conjunto de recomendações apresenta ideias que podem inspirar novas dinâmicas. Começando com o reconhecimento de que *institucionalizar* também é propiciar à CNIJMA regularidade e previsibilidade no tempo. Sabendo-se quando acontece, periodicamente, muitas das recomendações deste Caderno 5 viabilizam-se facilmente. Um exemplo é a preparação de cada uma das etapas, que devem ser fortalecidas, sobretudo, no âmbito da escola.

A questão da faixa etária de delegado/as, especialmente adolescentes entre 14 e 15 anos, bem como os jovens do ensino médio, foi um tema presente na avaliação (Caderno 3). O compromisso dos jovens, participantes da fase nacional, em dar continuidade a seus projetos, que foram base de sua seleção, também está proposto aqui. Este compromisso pode colaborar para que esses projetos iniciem e finalizem na escola desde o período pré-conferência, tendo boas condições para a sua apresentação e sempre observando na seleção os critérios de gênero, etnia

e localização (campo ou cidade). Deve ser valorizada a participação dos professores em todas as etapas, até a Conferência Nacional.

Quanto aos temas da CNIJMA, há propostas de consulta nacional sobre o temário, pesquisa das próprias escolas, e maior ênfase nos desafios do clima e na percepção de riscos socioambientais. Fóruns de diálogos com a comunidade ou participação de representantes do setor produtivo para falar de impactos da atividade produtiva, também são recomendados.

Volta o tema da formação, propondo continuidade e permanência, em especial no período pré-conferência. Pede-se mais foco para o desenvolvimento humano e os valores, uma vez que é vasto o acesso a conteúdos e informações no cotidiano. Assim, propõe-se manter a metodologia dos Circuitos de Aprendizagem, estendendo as práticas da educomunicação ao programa Mais Educação (MEC)[1].

Quanto à inovação, há o desafio de compatibilizar a dimensão política, trazendo questões como os conflitos a serem enfrentados, o diálogo intergeracional, a relação com a Conferência de Meio Ambiente dos adultos - onde a juventude precisa ver fortalecida a sua participação – e a contribuição do lúdico e da pedagogia da cooperação, que devem permanecer como base de dinâmicas da Conferência.

Recomenda-se também mais foco no prático do que no teórico, com mais tempo para oficinas e maior interação, inclusive trazendo a cultura de cada estado e a experiência de delegados de edições anteriores.

A retomada e o fortalecimento das Com-Vidas e dos Coletivos Jovens podem contribuir com atividades e metodologias que ocupem bem o intervalo entre as conferências.

Essas e outras propostas motivarão, com certeza, um debate sobre esse tema central da CNIJMA que é o "como fazer". Vejamos em detalhe.

Periodicidade e Participação

- Assegurar a organização da Conferência com periodicidade regular, bienal ou trienal.
- Redefinir o limite de idade para participação, incluindo maiores de 14 anos e os alunos do

1 Programa com repasses do MEC para ampliar a permanência de crianças e adolescentes (anos finais do Ensino Fundamental) na escola. Encerrado em 2019, foi retomado em 2023 como "Programa Escola em Tempo Integral" (Lei nº 14.640).

ensino médio.

- Manter o formato atual, com etapa municipal, regional, estadual e nacional.
- Ampliar e fortalecer as etapas escolares, municipais, regionais e estaduais da CNIJMA, reduzindo o foco na etapa nacional, tendo em vista a contradição entre as vivências cooperativas e integrativas da etapa nacional e as experiências competitivas e seletivas das etapas anteriores.
- Consolidar a Conferência Estadual como etapa obrigatória.
- Viabilizar o acesso a um número maior de professores e alunos à Conferencia Estadual, e também à Nacional.
- Ampliar o tempo para realização da etapa de Conferência na escola.
- Criar formas de participação para suplentes dos delegados.
- Aumentar o número de delegados por estado.
- Ampliar, de acordo com o censo escolar, o número e a representação de ações afirmativas, contemplando as diversidades educacionais de povos indígenas (diferentes etnias), quilombolas e assentados, e observando uma flexibilidade quanto à faixa etária, inclusive para jovens com deficiência.
- Reavaliar a presença de grande número de delegados na etapa nacional, verificando inclusive a pertinência de que estes participantes, em número menor, tenham o compromisso de dar continuidade a seus projetos ao retornarem a suas localidades. O jovem seria mais incentivado a vivenciar oficinas e ações de EA como oportunidade formativa em si, em etapa anterior, e não apenas como ponte para a Conferência Nacional.
- Realizar a etapa nacional até agosto para dar tempo de socializar a experiência e colocar os planos de ação em prática na escola.

Temas

- Promover ampla consulta nacional sobre o temário da conferência, cujos resultados podem ser discutidos no Conselho Consultivo Nacional, iniciando a organização da Conferência com essa mobilização, aproveitando também para levantar informações

sobre o que aconteceu nas escolas, no período.

- Incentivar a pesquisa nas escolas por meio de material preliminar que incentive o surgimento de propostas de pesquisa das próprias escolas.
- Abordar, mais enfaticamente, conteúdos mais densos, como a questão do clima e a percepção de riscos ambientais, considerando a capacidade desse público infantojuvenil.
- Correlacionar os temas das oficinas da etapa nacional com os projetos das escolas (temáticas).
- Estimular que durante a Conferência na escola os alunos realizem diálogos não somente dentro do espaço escolar, mas também no bairro, dialogando com centros comunitários, postos de saúde, prefeitura e órgão ambientais. Podem ser criados fóruns de diálogos com a comunidade, para entender os problemas de perto e propor soluções. As escolas podem e devem fazer isso e, posteriormente, levar o resultado desses diálogos para serem debatidos nas outras etapas de Conferencia.
- Convidar representantes da indústria e da agropecuária para debater com os estudantes sobre o que têm feito para diminuir o impacto de suas atividades no ambiente.

Formação

- Diferenciar a capacitação para a Conferência do processo de formação da juventude, que não deve ocorrer apenas nos dias anteriores, mas deve ser realizada em outros momentos, antes e depois da Conferência.
- Desenvolver e implementar uma metodologia menos focada em conteúdo e capacitação, mais focada no desenvolvimento humano e em valores, e mais profunda em termos de relação interpessoal, sentimentos e sonhos, pois atualmente as pessoas já têm muito acesso a informações e conteúdos. O que está faltando no mundo, conforme alguns entrevistados, são valores, capacidade de se situar e se relacionar no meio dessa profusão de possibilidades que se tem.
- Ampliar o tempo de formação no período pré-conferência: capacitar formador gestor estadual e formador jovem (de coletivos). A formação também deve ser feita no estado com apoio das Secretarias Estaduais de Educação.

- Realizar palestras e oficinas com conteúdos mais consistentes, inclusive com palestrantes de outros países.
- Realizar mais oficinas e rodas de conversas para interação dos alunos e debate sobre o conteúdo dos projetos participantes.
- Estudar e aprimorar a metodologia Circuito de Aprendizagem (uma forma diferente de organizar as aulas), uma vez que houve indicações de que onde a participação com este circuito ocorreu, observou-se um avanço significativo na aprendizagem dos estudantes.
- Manter a metodologia de escolha de responsabilidade e de circuito de aprendizagem, aprimorando esses processos.
- Integrar as iniciativas em educomunicação ao programa *Mais Educação* (ou a outro que substitua), em razão do grande número de escolas que aderiram a este Programa, promovendo-se eventos de capacitação e incentivando essa prática educomunicativa nas escolas.

Inovar a Conferência

- Inovar a metodologia trabalhando melhor a questão política, o diálogo intergeracional, a relação com a CNMA (adultos) e o encaminhamento de propostas elaboradas na CNIJMA, incentivando que o público infantojuvenil se aproprie dessas propostas e compreendendo melhor o campo político. Por exemplo, como se faz um projeto de lei ou como se faz para que as propostas possam ser implementadas; ou como fazer para que cheguem às câmaras legislativas, ou como o jovem pode participar dos conselhos e do orçamento participativo.
- Estabelecer outras formas de intercâmbio entre a CNIJMA e a CNMA, não apenas mediante propostas relacionadas, mas também provocando a CNMA a fortalecer a participação da juventude, como um espaço para continuação da formação iniciada na Conferência Infantojuvenil.
- Basear as próximas edições em jogos - na pedagogia da cooperação - promovendo jogos que estimulem e atraiam o público, sendo, portanto, um grande jogo, mais baseado na cooperação e na alegria.
- Trabalhar menos atividades ficcionais e mais com questões reais, com a apresentação dos conflitos para serem resolvidos, com franqueza, realidade, desafios e informações

concretas. Lidar com esse segmento mais como adolescentes do que crianças.

- Favorecer a abordagem de uma EA aplicada, ou seja, focar em conteúdos que instrumentalizem os adolescentes para trabalharem com questões concretas.

Projetos e Resultados

- Criar estratégias para que os projetos iniciem e finalizem na escola no período pré-conferência e, ao longo do processo, avaliar o melhor resultado e não o melhor projeto, de modo que, assim, haveria menor demanda para atender no período posterior à Conferência, a resultados concretos.
- Redefinir a metodologia de escolha dos projetos finalistas na conferência estadual, de forma que os autores dos projetos tenham a oportunidade de mostrar e explanar de maneira mais clara sobre o seu trabalho.
- Selecionar os delegados a partir dos projetos, com regras claras e bem definidas desde o início do processo.
- Manter os projetos como método de trabalho na etapa de Conferência na escola.
- Avaliar a seleção final dos trabalhos sendo feita pela COE e o CJ, observando critérios de gênero, etnia, localização (campo ou cidade), dentre outros, e contemplando os princípios Jovem educa Jovem, Jovem escolhe Jovem e Uma geração aprende com a outra, de um modo que essa seleção seja compartilhada com o/as aluno/as que escolhem seus representantes durante os encontros regionais ou estaduais.

Os Professores

- Fortalecer o envolvimento e a participação dos professores, em todas as etapas da CNIJMA, com mobilização e formações, porque foi muito transformador quando aconteceram oficinas com professores e estudantes juntos. Essa riqueza do diálogo intergeracional deve ser aprimorada e aplicada, conforme a diretriz de que "uma geração aprende com a outra".
- Fortalecer os encontros regionais e estaduais e a formação de professores porque alcançam mais crianças e escolas, então priorizar essas etapas, em vez de priorizar a etapa nacional;

- Incluir a participação do professor na etapa estadual;
- Maior envolvimento dos professores com formações na etapa estadual;
- Ampliar o número de professores participantes na conferência nacional.

Programação

- Reduzir o tempo das atividades com foco mais prático que teórico.
- Reduzir o uso de materiais nas oficinas para evitar danos ao meio ambiente.
- Implantação de um estande/espaço na Conferência Nacional para exposição da cultura de cada estado, das belezas locais e dos projetos realizados nos estados/escolas.
- Disponibilizar mais tempo para oficinas e mais interação entre os estados na Conferência Nacional.
- Convidar delegados de edições anteriores para falar sobre a sua experiência.

Coletivos Jovens

- Desenvolver e implementar uma metodologia que ocupe bem o intervalo entre as conferências, motivando os delegados a se integrarem a coletivos como os CJ e a REJUMA.
- Incentivar a formação e estruturação de Coletivos Jovens com os alunos do ensino médio.
- Fortalecer a participação dos Coletivos Jovens na Conferência.
- Oferecer cotas para pessoas que trabalham nas Com-Vida para participar e facilitar a Conferência.

Se eu pudesse fazer um pedido, iria pedir que tudo aquilo acontecesse novamente.

Vitória Fonseca Azevedo da Silva, 16, Delegada na 4ª CNIJMA – Magé/RJ

Mobilização Social



Conferência na escola em país da CPLP para a Confint - 2010

As estratégias de mobilização social diferenciam-se a cada nova edição da Conferência. Basta verificar o relatório da primeira edição, em 2003, comparando com o da quarta, em 2013. Devido ao atraso no envio de materiais de orientação, a 4ª CNIJMA pode experimentar intensamente o que se propõe a seguir, com respeito à utilização das redes virtuais. O desafio será exatamente conectar-se com as novas formas de mobilização, promover simultaneamente o contato direto por meio do "enraizamento", alcançar as localidades mais remotas, manter e agilizar o envio de material físico em suporte papel, especialmente para comunidades e escolas com restrições em acesso digital, tudo isso potencializando parcerias com outras instituições e aproveitando a experiência de ex-delegado/as.

- Repensar inteiramente o processo de mobilização social da Conferência à luz da dinâmica atual das redes virtuais - que estão contribuindo para uma reinvenção de movimentos sociais, tornando alguns deles mais dinâmicos - inspirando-se na "pesquisa do sonho brasileiro", "geração em ponte" e outras iniciativas que traduzem as novas formas de organização, buscando conectar-se ao que está emergindo.
- Trabalhar em dupla (equipe MEC e MMA) nos processos de enraizamento nos estados, atuando como representante do Órgão Gestor, com mais força de mobilização.

- Desenvolver estratégias para o envolvimento de pessoas do interior e de regiões mais remotas e diversas.
- O material didático é um recurso importante e muito atraente para a mobilização social, devendo ser encaminhado física e antecipadamente, uma vez que a situação é precária em muitos locais, com poucas escolas com acesso facilitado aos meios digitais.
- Desenvolver um processo de diálogo mais forte com determinadas instituições estratégicas em relação ao tema ambiental.
- Promover, antes da próxima edição, um ou alguns encontros prévios de ex-delegados, e uma iniciativa de articulação por meio de rede social

Comunicação

Muito além da função mobilizadora, as propostas para a comunicação da Conferência direcionam-se para a difusão pública dos projetos das escolas, que podem ser um recurso de divulgação de todo o processo da Conferência, se empreendido ainda na etapa escolar, como sugerido. Apontam também a necessidade de melhoria da comunicação entre gestores, alunos e organização, e indicam a criação de canal direto entre a organização nacional e as escolas, os Coletivos e destes com as secretarias de educação. Como procedimento sistemático, "sem prejuízo do contato pela COE", essa proposta deveria ser discutida com essas comissões estaduais. Da mesma forma, seria necessário um alinhamento com todos os envolvidos para a criação de grupos de comunicação em redes sociais para respostas rápidas. Empreender um site próprio, mais dinâmico, utilizar a experiência bem sucedida da educomunicação na divulgação da Conferência, além de um novo plano de comunicação junto aos diversos meios são demandas sentidas e reiteradas.

- Publicar os projetos elaborados na etapa de Conferência na escola.
- Criar estratégias para melhorar a comunicação entre gestores escolares, alunos e organização da Conferência, evitando-se controvérsias nas informações repassadas.
- Criar um canal de comunicação direta com as escolas, por meio de uma equipe de comunicação forte e bem sintonizada com a equipe de mobilizadores.

- Criar mecanismos de comunicação direta entre a Comissão Organizadora Nacional e as escolas - sem prejuízo do contato pela COE - bem como de comunicação entre as secretarias estaduais de educação e as secretarias municipais.
- Promover o diálogo direto do MEC com os Coletivos Jovens participantes da Conferência, sem prejuízo de seu necessário fortalecimento junto às COE.
- Dar suporte para a interação entre Coletivos Jovens e as secretarias de educação.
- Disseminar mais informações e encaminhar respostas para dúvidas com mais agilidade, também por meio de grupos online e página no Facebook.
- Aprimorar o trabalho de comunicação nas redes sociais, desenvolver um site mais dinâmico e trabalhar em plataforma que agregue conteúdos, projetos, ações, informações e ferramentas de interação.
- Utilizar mais canais comunitários de comunicação, bem como a própria educomunicação como estratégia e instrumento de divulgação da Conferência.
- Integrar os processos de comunicação em um canal comum, considerando dois grandes canais (ou similares): o Participatório da Juventude, onde se pode formar grupos, sendo um espaço público, que dispõe de ferramentas a serem utilizadas; e, o Participa BR, que também serve para consultas públicas.
- Desenvolver um site multilíngue que divulgue histórias da CNIJMA, veiculando inclusive entrevistas com participantes do processo.
- Desenvolver uma estratégia e um plano de comunicação para mídia de massa, como rádio e TV, de maneira a se aproximar mais das pessoas.

Gestão Financeira e Técnica

Essas propostas na área técnica e financeira estão bem afinadas com as demandas reais de organização da Conferência. De fato, algumas dificuldades no processo de organização da CNIJMA correspondem a condições e prazos exíguos entre a liberação de recursos e a sua aplicação, principalmente por parte dos estados (SEDUC e COE). A institucionalização, nesse caso, compreende a

inserção permanente da Conferência nos orçamento do MEC e do MMA, de maneira a propiciar melhor estrutura de organização para o Órgão Gestor e também os parceiros locais. As propostas referentes ao apoio a escolas indígenas, Coletivos, acompanhamento a Com-Vida, contratação de oficineiros e institucionalização do Programa Escolas Sustentáveis dependem também desse empoderamento técnico e financeiro da CNIJMA.

- Planejar e proceder ao encaminhamento dos recursos para os estados com maior antecedência.
- Planejar e realizar os processos do período pré-conferência com maior antecedência.
- Definir e divulgar prazos em tempo hábil para que se possa trabalhar com mais qualidade e realizar conferências com mais eficiência e eficácia.
- Estudar a necessidade de ampliar o repasse de recursos aos estados e propor a execução de contrapartida por parte dos entes federativos (municípios e estados).
- Encaminhar os recursos da Conferência Estadual diretamente para as unidades de EA, que trabalhem a conferência dentro das escolas e em nível regional.
- Avaliar a estratégia de fazer convênio com uma instituição para gerir e executar os recursos da conferência. Essa é uma solução administrativa razoável e possível para dar agilidade à gestão financeira.
- Prever recursos suficientes para se promover os processos de Conferência nas escolas indígenas.
- Criar mecanismo de oferta de bolsas para os integrantes dos Coletivos Jovens realizarem atividades de acompanhamento e apoio às Com-Vidas, em parceria com as Secretarias de Educação e, eventualmente, outras instituições locais.
- Criar núcleos de servidores municipais, estaduais e federais efetivos dedicados ao acompanhamento permanente das Com-Vidas.
- Executar a contratação dos oficineiros juntamente com o serviço completo da oficina, incluindo os respectivos materiais e a logística correspondente.
- Ampliar a equipe técnica responsável pelo acompanhamento do processo nos estados e prever profissional responsável pela gestão da informação.
- Investir mais recursos na proposta de escolas sustentáveis, institucionalizando e fortalecendo o Programa Nacional Escolas Sustentáveis.

Logística

De forma geral, as propostas de logística reforçam demandas presentes em itens anteriores, inclusive da gestão financeira, logística de distribuição de materiais, mobilização e comunicação. Acrescentam também procedimentos relevantes como questões relativas ao edital para contratação de espaços para a Conferência, a segurança dos jovens e as dinâmicas apropriadas ao bom acolhimento e esclarecimento de todos. Aspectos que podem fazer toda a diferença na qualidade dos encontros, na verdade, não apenas na etapa nacional, mas desde a Conferência na escola.

- Definir com antecedência os valores e as fontes dos recursos que financiarão a CNIJMA. Deve ser bem esclarecida, previamente, a qualidade do planejamento e da execução logística desta definição.
- O material de orientação da conferência precisa ser refletido, elaborado e confeccionado com antecedência, de modo a enfrentar bem a burocracia, com eficiência no processo de distribuição.
- Enviar os materiais da Conferência também para as secretarias estaduais de educação.
- A logística precisa ser mais ágil, mais organizada, com tempo suficiente para este material chegar e ser bem utilizado na escola.
- Potencializar o uso de outras mídias, como por exemplo, a Internet, na produção do material didático, visando a economicidade, a sustentabilidade com a redução de material impresso e a eficiência logística.
- Organizar as hospedagens em local que propicie ao máximo a interação dos jovens com a natureza, vendo esse como mais um dos objetivos da Conferência (sem prejudicar a comunicação por meio de aparelhos celulares e o uso da internet).
- Definir caracterizações no edital para que o local de hospedagem e o espaço da Conferência atendam as especificidades do público com o qual se trabalha. É preciso que seja um local de imersão, que evite traslados externos, porque isso demanda uma energia imensa em termos de logística, além de envolver riscos de segurança.
- Evitar hospedagens em hotéis de luxo, visando a uma ação prática em prol da sustentabilidade ambiental.
- Observar a segurança, inclusive quanto aos processos emocionais dos participantes, e da segurança nas relações interpessoais, também na perspectiva de não-violência racial.

- Preparar o corpo técnico para lidar com as dinâmicas de experimentação dos adolescentes de forma não opressora, não preconceituosa e mais esclarecedora e conscientizadora possível.

Apoio institucional

O processo de institucionalização, segundo essas propostas, dispõe o Órgão Gestor da PNEA na centralidade desse movimento, começando com a expansão e integração da EA no MEC, operando junto às demais instituições em busca de mais apoio e participação, especialmente a Undime e outras entidades em apoio à COE.

- Integrar a EA e a CNIJMA às outras ações do MEC.
- Aprimorar a participação da Comissão Organizadora Nacional e a relação entre MEC e MMA na organização da CNIJMA, como ação do Órgão Gestor da PNEA.
- O Órgão Gestor deve ser mais convincente, buscando uma relação com a Undime, no processo da CNIJMA, que seja capaz de aproveitar melhor a sua capacidade de mobilização das escolas de ensino fundamental.
- Criar estratégias para que as COE sejam ampliadas e que as demais instituições que a compõem assumam compromissos com o processo de conferência, evitando ficarem restritas aos servidores das secretarias estaduais de educação.

Eu fiz parte da oficina que tinha o nome de (Teatro do Oprimido) e eu aprendi muito com todos os jovens que ali estavam presente. Estou escrevendo e tentando achar palavras para expressar o que estou sentindo, porque cada vez que se fala na IV CNIJMA me vem tantas lembranças na mente, mas a principal delas que jamais esquecerei é "Crianças se juntam para mudar o mundo [...], Cada pessoa é uma história, Cada pessoa é uma estrada, Cada pessoa é uma escola em construção, Cada pessoa é uma escola, Cada pessoa é uma história, Cada pessoa é uma estrada em construção."

Matheus do Nascimento de Carvalho, 17, Delegado na 4ª CNIJMA – Nova Iguaçu/RJ

Os Processos Continuam



Composição conjunta de Carta de Responsabilidades musical durante a Confint - 2010

A palavra de ordem deste conjunto de propostas é continuidade e permanência. Ou seja, institucionalizar quer dizer consolidar a CNIJMA como política pública de estado, de forma que o Órgão Gestor da PNEA e as COE continuem trabalhando com as demais instituições parceiras, permanentemente, sem que o encerramento de uma edição da Conferência seja uma despedida, uma interrupção até que se defina a data da próxima.

Isso implica no acompanhamento permanente das Com-Vida, dos Coletivos Jovens, dos projetos nas escolas e nas comunidades. Jovens lideranças são motivadas na Conferência e precisam ser acompanhadas pelos Coletivos Jovens, pela rede de ensino, alimentados também com informações pelo OG e COE. Materiais e orientações para a avaliação podem ser instrumentos eficazes, desde a escola, para sustentar essa continuidade, bem como a preparação para as próximas edições. A repercussão da CNIJMA junto ao ensino médio também pode ser estratégica, inclusive em função de delegado/as que passam a esse nível da formação com experiência e expectativas em relação à EA.

Propostas de encontros locais de EA com ex-delegado/as, acompanhamento de projetos e iniciativas locais, manutenção de atividades da COE, cursos prévios à distância, estratégias de monitoramento e avaliação, inserção da Conferência no Censo Escolar, bem como o trabalho de difusão, descentralização e implementação da PNEA, do ProNEA e das Diretrizes Curriculares Nacionais de EA, entre outras, são referenciais pertinentes a essa ação de continuidade de todos os processos da Conferência.

- Fazer com que a CNIJMA seja um processo contínuo e permanente.
- Institucionalizar uma equipe contínua para fazer o acompanhamento das ações e projetos no período pós-conferência e apoiar o fortalecimento das Com-Vidas.
- Diagnosticar o funcionamento das Com-Vidas nas escolas.
- Promover apoio aos projetos elaborados na etapa escolar e selecionados, devendo ser executados pela escola com o envolvimento da Com-Vida e acompanhados pelas secretarias de educação, por meio das unidades regionais ou municipais.
- Manter as Com-Vida independentemente do período de Conferência, de modo que o processo iniciado na CNIJMA seja contínuo e permanente.
- Incentivar e apoiar jovens lideranças destacadas na Conferência, a atuarem na escola e na comunidade.
- Rediscutir, em articulação com o Órgão Gestor, a função do Coletivo Jovem durante e após a Conferência, uma vez que não tem havido, muitas vezes, atividades do CJ após a CNIJMA, o que requer a elaboração de novas estratégias metodológicas e pedagógicas.
- Encaminhar instrumentos de avaliação à escola para identificar quais foram os avanços pós-conferência, na escola e na comunidade em seu entorno.
- Avaliar a CNIJMA junto aos que não participaram do processo, por não serem selecionados ou por falta de oportunidade.
- Criar estratégia para inserir os alunos que passam para o ensino médio, porque sem uma política de EA em todas as escolas, inclusive o nível médio, os alunos que participaram do

processo no nível fundamental não encontram condições para trabalhar a temática no ensino médio, fazendo trabalhos isoladamente, sem respaldo de uma política pública.

- Iniciar os diálogos e a preparação na escola, no ano anterior à CNIJMA, para ser inserido no planejamento das escolas.
- Realizar um encontro local, distrital ou estadual de EA, previamente à CNIJMA, acompanhado de um espaço virtual (fórum site) para discussões sobre projetos em andamento, cadastrados pelas escolas, convidando delegados das 4 conferências anteriores a pensar e a contribuir com a metodologia da próxima.
- Manter o contato internacional juntos a jovens brasileiros, mediante temas como a globalização, mudanças do clima, a partir de uma visão planetária.
- Tendo em vista que a apresentação de um projeto é pré-requisito para participar da Conferência, há necessidade de promover o acompanhamento de sua execução, garantindo a continuidade do processo.
- Criar um sistema on-line, a ser alimentado pela escola na busca de metas estabelecidas para enfrentar uma problemática local, como forma de acompanhamento das ações implementadas pelas escolas.
- Promover a gestão das informações e da memória dos processos de Conferência.
- Assegurar a articulação e o funcionamento da Comissão Organizadora Estadual (COE) de forma permanente.
- Incentivar e fortalecer encontros e atividades pós-conferência em todos os estados brasileiros, ampliando para todos os professores e não apenas os que participaram na Conferência.
- Disponibilizar os projetos cadastrados na CNIJMA para todas as unidades escolares e inseri-los no material da Conferência.
- Divulgar e compartilhar continuamente materiais e referências teóricas e práticas significativas para os atores envolvidos nas CNIJMA.
- Apresentar uma orientação ou projeto de como deve ser a estrutura física de uma escola sustentável.

- Oferecer cursos à distância para formadores em áreas remotas para que sejam multiplicadores em sua comunidade, antes e depois da Conferência.
- Definir previamente procedimentos avaliativos e de monitoramento da próxima Conferência, com apoio das COE, a partir de cronograma pactuado entre elas e o OG.
- Dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo OG junto a cada Unidade Federativa, na implementação da PNEA e do ProNEA, desenvolvendo ações sinérgicas no âmbito da formação continuada de educadores ambientais e da divulgação e internalização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Definir e divulgar as datas da 5ª e 6ª Conferências, a fim de manter os vínculos e redes que foram formados ao longo destes dez anos da política em questão.
- Devolver os resultados das Conferências aos participantes, por meio de publicações como o Relatório Final e outras afins.
- Incluir questões referentes à Conferência no Censo Escolar, a partir da articulação do OG junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O processo foi muito exitoso nos centros educativos que participaram (da CONFINT), e seguiu desenvolvendo-se. Desta maneira, hoje são mais de 2 mil centros que realizaram suas Confint escolares e autônomas, em 2012.

Jose Manuel Gutierrez Bastida, professor, educador ambiental e ativista da Agenda 21 no País Basco/Espanha, participante da Confint/2010, como acompanhante da delegação do seu país.

Monitorar e Avaliar é Preciso

[...] um retorno às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer, mas que depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade.

Boaventura de Sousa Santos

Que ninguém se engane, só se consegue a simplicidade através de muito trabalho.

Clarice Lispector

As atividades de monitoramento e avaliação constituem ferramentas essenciais ao aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento, orçamento e gestão de qualquer prática, seja ela educativa, social, política, fazendo parte da busca constante de reflexão sobre a atividade humana.

O monitoramento e a avaliação na administração pública têm um papel fundamental, pois podem aumentar as chances de sucesso na implementação das políticas, razão pela qual devem ser planejados desde os momentos iniciais da intervenção.

O compromisso do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental com o aprimoramento e a institucionalização da CNIJMA aponta para a necessidade de acompanhamento sistemático da totalidade deste processo.

Avaliar e monitorar como prática contínua e cumulativa pode revelar o impacto da CNIJMA nas instituições e atores envolvidos, assim como, ampliar seu alcance, propiciando uma maior e mais efetiva participação de estudantes, escolas e comunidades.

Esta parte do Caderno 5, com recomendações e propostas, tem o objetivo de contribuir nesta direção, fornecendo evidências que favoreçam a continuidade das Conferências e contribuam para aprimorá-la.

Trata-se de um subsídio para a avaliação e o monitoramento de futuras edições e foi elaborado à luz dos objetivos que guiaram as cinco Conferências realizadas até 2013. Exercício que requer diálogo e um trabalho de parceria entre a Coordenação Executiva Nacional, a Comissão

Orientadora Nacional[2] e as ComissõesOrganizadoras Estaduais da Conferência, e deve considerar os demais atores envolvidos, escolas, estudantes, professores(as) e secretarias de educação dos estados e municípios.

Esta concepção avaliativa (CARO, 1982; DEMO, 2002; MINAYO, 2009; SOUZA et al. 2012; 2013; WEISS, 1982; WORTHEN, 1982), remete para a necessidade de diálogo com os objetivos previamente estabelecidos, importando saber quais são eles, como estão articulados, a verificação do grau em que foram alcançados, que problemas impediram sua obtenção. Com a geração de informações de qualidade é possível retroalimentar ações de planejamento e de tomada de decisão, fazer ajustes de rumos, responder melhor às expectativas e necessidades.

Para orientar a elaboração participativa de procedimentos avaliativos e de monitoramento, propõe-se também um conjunto de diretrizes, a serem consideradas na etapa de planejamento de uma próxima edição.

A base para a Avaliação são os Objetivos



Encontro preparatório de oficineiro/as para a 4ª CNIJMA - 2013

Os objetivos das cinco edições da CNIJMA estiveram em consonância com os princípios e diretrizes da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental, bem como, alinhados com documentos orientadores do campo da Educação Ambiental (EA), como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Carta da Terra.

2 Na 4ª CNIJMA a Comissão teve seu nome alterado para Comitê Consultivo Nacional. Seu papel foi contribuir para a construção dos processos nas escolas e comunidades, articulando também com as áreas de ação afirmativa, além de servir de suporte institucional, técnico e político, tanto para a Coordenação Executiva Nacional, quanto para as COE, fortalecendo a intersetorialidade desta ação.

No quadro a seguir, estão listados todos os objetivos que guiaram as cinco Conferências até 2013.

Objetivos das 5 edições da CNIJMA (2003/2013)

EDIÇÃO	OBJETIVOS
1ª CNIJMA	Ouvir os adolescentes, garantindo o direito de participação no presente e na construção de um Brasil sustentável. Propiciar a discussão na escola dos problemas ambientais das comunidades e do País. Promover processo de mobilização e educação ambiental. Descobrir e incentivar uma nova geração que se empenhe na resolução dos problemas ambientais. Incentivar a criação de uma rede "Juventudes pela Sustentabilidade".
2ª CNIJMA	**Objetivo Geral** Fortalecer a Educação Ambiental e a Educação para a Diversidade nos Sistemas de Ensino, propiciando atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais. **Objetivos específicos** Incluir no Plano Político-Pedagógico das escolas o conhecimento e o empenho na resolução dos problemas socioambientais. Contribuir para que as escolas se tornem comunidades interpretativas de aprendizagem. Fortalecer e criar COM-VIDA - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas, incorporando o agir cotidiano em prol da vida de maneira dialógica e construtivista. Apoiar a integração em rede dos diversos atores socioambientais, tendo como foco a comunidade escolar. Fortalecer a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente nos estados. Contribuir para o alcance das Metas do Milênio.
3ª CNIJMA	**Objetivo Geral** Fortalecer a educação ambiental nos sistemas de ensino, como propõe a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), propiciando atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais, com ênfase nos processos de melhoria das relações de ensino aprendizagem e em uma visão de educação integral. **Objetivos Específicos** Incluir no Plano Político Pedagógico das escolas o conhecimento e o empenho na resolução dos problemas socioambientais. Melhorar o desempenho das escolas participantes com base nos resultados do IDEB. Fortalecer o papel da escola na construção de políticas públicas de educação e de meio ambiente. Contribuir para que as escolas se tornem comunidades interpretativas de aprendizagem. Fortalecer e criar COM-VIDA - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas, bem como uma rede de COM-VIDAS, incorporando o agir cotidiano em prol da vida de maneira dialógica e construtivista. Apoiar a integração em rede dos diversos atores socioambientais, tendo como foco a comunidade escolar. Fortalecer a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente nos estados. Contribuir para as Metas do Milênio e a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, ambas iniciativas das Nações Unidas. Reafirmar valores e ações propostos por documentos da sociedade civil, como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Carta da Terra, a Carta das Responsabilidades Humanas e a Agenda 21.

EDIÇÃO	OBJETIVOS
4ª CNIJMA	**Objetivo Geral** Fortalecer a educação ambiental nos sistemas de ensino, favorecendo uma atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais, com ênfase na participação social e nos processos de melhoria da relação ensino-aprendizagem, em uma visão de educação para a sustentabilidade e de respeito à diversidade. **Objetivos Específicos** Fortalecer a educação ambiental nos sistemas de ensino. Fortalecer a participação da comunidade escolar na construção de políticas públicas de educação e de meio ambiente. Apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade, contribuindo para que se constituam em espaços educadores sustentáveis a partir da articulação de três eixos: gestão, currículo e espaço físico. Estimular a inclusão de propostas de sustentabilidade socioambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) a partir da gestão, currículo e espaço físico. Criar e fortalecer as COM-VIDAS - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, como espaços de diálogo sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade e perceber como eles se relacionam com a saúde, a qualidade de vida, os direitos humanos e prevenção de riscos e emergências ambientais. Contribuir para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para a consecução das Metas do Milênio, ambas as iniciativas das Organizações das Nações Unidas, em uma perspectiva da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Fortalecer a participação da juventude na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e incentivá-la a contribuir com a solução dos problemas socioambientais.
CONFINT	**Objetivo Geral** Possibilitar que jovens do mundo todo se apropriem localmente de compromissos globais, assumindo responsabilidades para a construção de sociedades sustentáveis e tecendo uma rede de cuidados para com o Planeta. **Objetivos Específicos** Reforçar a capacidade de adolescentes e jovens como atores de transformações por meio de processos pedagógicos. Promover o intercâmbio internacional entre experiências que contribuam para o enfrentamento das questões socioambientais globais, por meio da educação e da participação da sociedade. Possibilitar aos jovens a oportunidade de definir e assumir responsabilidades e ações sustentáveis. Integrar as questões das mudanças socioambientais globais ao processo educacional. Fortalecer o papel da escola na construção de políticas públicas de educação e de meio ambiente e contribuir para que elas se tornem comunidades interpretativas de aprendizagem. Fortalecer movimentos e redes de juventude e meio ambiente nacionais e internacionais. Contribuir com as Metas do Milênio e a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, iniciativas das Nações Unidas.

Avaliação e Monitoramento Qualiquantitativos

Para a construção desta proposta avaliativa e de monitoramento, um exercício de sistematização favoreceu a emergência de 5 dimensões, que procuram expressar a essência da Conferência Infantojuvenil, sendo elas:

- Dimensão 1: Institucionalização da CNIJMA
- Dimensão 2: Participação de adolescentes em ações socioambientais
- Dimensão 3: Participação da juventude em ações socioambientais
- Dimensão 4: Fortalecimento da EA na escola e comunidade
- Dimensão 5: Integração e organização em rede dos diversos atores socioambientais
- Dimensão 6: Capilaridade da CNIJMA

Dimensão 1: Institucionalização da CNIJMA



Atividade cultural da 3ª CNIJMA - 2009

Esta primeira dimensão busca estimular e embasar o processo de institucionalização da Conferência como política pública, no âmbito do Governo Federal.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CNIJMA

ASPECTO	INDICADORES
Previsão orçamentária e financeira	CNIJMA incluída no Plano Plurianual (PPA)
Previsão orçamentária e financeira	CNIJMA prevista no orçamento do MEC
Previsão orçamentária e financeira	CNIJMA prevista no orçamento do MMA
Previsão orçamentária e financeira	Valor de recursos financeiros disponibilizados pelo OG
Previsão orçamentária e financeira	Valor de recursos financeiros disponibilizados para as SEDUC
Previsão orçamentária e financeira	Recursos orçamentários utilizados pelo MEC (em relação ao que foi previsto)
Previsão orçamentária e financeira	Recursos financeiros utilizados pelas SEDUC (dos recursos disponibilizados pelo MEC)
Previsão orçamentária e financeira	Recursos próprios aportados pelas SEDUC/COE
Recursos Humanos	Número de servidores do OG envolvidos no processo das CNIJMA
Recursos Humanos	Número de consultores contratados pelo OG para a realização da CNIJMA
Marcos legais	Instrumentos legais normatizadores em âmbito federal
Marcos legais	Instrumentos legais normatizadores em âmbito estadual
Marcos legais	Instrumentos legais normatizadores em âmbito municipal
Impacto da CNIJMA para as Secretarias Municipais de Educação	Secretarias têm a EA como setor, com profissionais a ela dedicados, que surgiram como decorrência da CNIJMA
Impacto da CNIJMA para as Secretarias Municipais de Educação	Secretarias com Programa de EA, documentos ou Projetos, que surgiram como decorrência da CNIJMA
Impacto da CNIJMA para as Secretarias Estaduais de Educação	Secretarias têm a EA como setor, com profissionais a ela dedicados, que surgiram como decorrência da CNIJMA
Impacto da CNIJMA para as Secretarias Estaduais de Educação	Secretarias com Programa de EA, documentos ou Projetos, que surgiram como decorrência da CNIJMA.

Dimensão 2: Participação de adolescentes em ações socioambientais

Esta dimensão enfatiza um elemento fundamental da Conferência, a participação, com a intenção de apontar caminhos que revelem se ela foi ou não fomentada junto a adolescentes que dela participaram, influenciando sua vontade de agir, em prol da melhoria das condições socioambientais.

PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES

ASPECTO	INDICADORES
Adolescentes atuantes em prol da melhoria das condições socioambientais na escola	Estudantes atuantes na COM-VIDA
Adolescentes atuantes em prol da melhoria das condições socioambientais na escola	Participação de estudantes em formações pós-conferência
Envolvimento de estudantes de diferentes anos na realização das Conferências nas escolas	Estudantes do ensino fundamental 1 participantes da Conferência na escola
Envolvimento de estudantes de diferentes anos na realização das Conferências nas escolas	Estudantes do ensino fundamental 2 participantes da Conferência na escola
Envolvimento de estudantes de diferentes anos na realização das Conferências nas escolas	Estudantes do ensino médio participantes da Conferência na escola

Dimensão 3: Participação da juventude em ações socioambientais

O foco na participação de jovens, representantes ou não de Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente, em ações de sustentabilidade socioambiental decorrentes da Conferência, caracteriza esta dimensão.

PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE

ASPECTO	INDICADORES
Participação ativa dos CJ/juventude nas COE	Jovens envolvidos e atuantes na COE
Participação ativa dos CJ/juventude nas COE	Atividades realizadas pela COE com participação direta da juventude
Participação ativa de jovens em geral na Conferência	Jovens independentes do CJ atuantes em etapas da Conferência

Dimensão 4: Fortalecimento da EA na escola e comunidade

Esta dimensão está relacionada aos principais objetivos da criação da Conferência: a inserção e o fortalecimento da EA nas escolas e comunidades, de forma transversal, permanente e continuada.

FORTALECIMENTO DA EA NA ESCOLA E COMUNIDADE

ASPECTO	INDICADORES
Atuação organizada demandando o poder público na resolução de questões socioambientais	Documentos encaminhados a instâncias do poder executivo ou legislativo
Incorporação da educação ambiental na escola	Escolas participantes que têm no seu Projeto Político Pedagógico a questão ambiental e da EA, sustentabilidade e assemelhados.
Incorporação da educação ambiental na escola	Escolas com COM-VIDA, com periodicidade de reuniões e considerando a participação ativa de estudantes e comunidade escolar.
Incorporação da educação ambiental na escola	Projetos realizados nas escolas, atribuídos à Conferência.
Escolas e comunidades na transição para a sustentabilidade	Escolas com iniciativas de sustentabilidade no âmbito do currículo.
Escolas e comunidades na transição para a sustentabilidade	Escolas com iniciativas de sustentabilidade no âmbito da gestão.
Escolas e comunidades na transição para a sustentabilidade	Escolas com iniciativas de sustentabilidade no ambito do espaço físico.
Escolas e comunidades na transição para a sustentabilidade	Escolas com iniciativas de sustentabilidade na relação escola-comunidade.
Interdisciplinaridade da conferência na escola	Áreas do conhecimento envolvidas na realização da Conferência na escola
Promoção de processos formativos de educadores	Participação de educadores da escola em processo formativo voltado para a CNIJMA
Utilização de documentos de referência, nacionais e internacionais	Documentos de referência, nacionais e internacionais, enviados para as escolas.

Dimensão 5: Integração e organização em rede dos diversos atores socioambientais

O levantamento de informações que revelem se a Conferência motivou e/ou potencializou a ação coletiva organizada, possibilitou a emergência desta dimensão.

INTEGRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO EM REDE DOS DIVERSOS ATORES SOCIOAMBIENTAIS

ASPECTO	INDICADORES
Incentivo à criação de Redes e Coletivos de Juventude	Redes e Coletivos de Juventude e Meio Ambiente criados no âmbito nacional, estadual e local, atribuídos à Conferência.
Fortalecimento de Redes e Coletivos de Juventude	Encontros de Juventude e Meio Ambiente realizados no âmbito nacional e estadual.
COE como espaço de articulação e mobilização	Redes participantes das COE
COE como espaço de articulação e mobilização	Entidades participantes das COE
COE como espaço de articulação, desenvolvimento e acompanhamento das ações da CNIJMA	Atividades realizadas pelas COE após as CNIJMA

Dimensão 6: Capilaridade da CNIJMA

A capilaridade da Conferência corresponde à sua real implantação no país, com envolvimento de unidades federativas, municípios, regiões, escolas, comunidades escolares etc. Trata-se de buscar na participação desses segmentos e instâncias a confirmação de sua institucionalização também pela nacionalização.

Capilaridade da CNIJMA

ASPECTO	INDICADORES
Alcance da Conferência	Participação de estados
Alcance da Conferência	Participação de municípios
Alcance da Conferência	Participação de escolas dentro do recorte
Alcance da Conferência	Participação de professores

Alcance da Conferência	Participantes da comunidade escolar
Alcance da CNIJMA	Conferências municipais
Alcance da CNIJMA	Conferências regionais
Alcance da CNIJMA	Conferências estaduais
Alcance da CNIJMA	Oficinas de conferência
Alcance da CNIJMA	Participantes das Conferências municipais
Alcance da CNIJMA	Participantes das Conferências regionais
Alcance da CNIJMA	Participantes das Conferências estaduais
Alcance da CNIJMA	Participantes de ações afirmativas

Esta seleção preliminar de aspectos e indicadores tem o propósito de preparar o processo avaliador. Pode e deve prosseguir, buscando-se outras categorias próprias da intencionalidade educadora, que podem emergir, inclusive na formulação de novos objetivos às próximas edições da CNIJMA, inspirados por este conjunto de propostas e recomendações listadas neste caderno. Por exemplo, ampliar os vínculos comunitários no contexto escolar, rever as estratégias de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, nas escolas, estabelecer novos diálogos ou intensificar com áreas de governo afetas à temática da CNIJMA, como Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário e Agroecologia, comunidades tradicionais e indígenas, entre outras. A cada novo objetivo, novos indicadores podem ser lançados.

Esse levantamento, com propostas de indicadores a serem considerados, a priori, na organização da próxima edição, não poderia faltar neste caderno de recomendações sobre "como fazer a Conferência". Até porque a própria experiência de registro histórico e avaliativo desta coletânea demonstrou a necessidade de melhores referenciais para dimensionamento e quantificação de resultados, impactos e repercussões da CNIJMA. Será preciso, evidentemente, que a equipe de organização se prepare previamente com os instrumentos e recursos necessários ao monitoramento e à avaliação. Deve ser um dos itens a se integrar desde os primeiros passos. Mais uma área a se incrementar no caminho desejável e necessário da institucionalização da Conferência.

Com a Palavra Gestores do OG e da CNIJMA

Com este Caderno, encerra-se a primeira parte desta coletânea formada por 5 volumes, editados inicialmente em 2016 pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, que tem o intuito de contribuir com a institucionalização da CNIJMA, incentivando os preparativos em todo o país para a realização das próximas edições.

O Caderno 6 completa a publicação, relatando a experiência da 5ª CNIJMA (2018), com novos elementos à consideração dos gestores. Entre os quais, a necessidade desta institucionalização da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, como uma política pública que estabeleça um rito de passagem à cidadania socioambiental de adolescentes e jovens de todo o país.

Os primeiros 10 anos de CNIJMA, relatados e avaliados nesses cinco cadernos, demonstram a necessidade histórica desta iniciativa de caráter educativo, social e político para a formação dos jovens brasileiros, e de outros países, como também ficou evidente em sua edição internacional.

O Órgão Gestor, MEC e MMA, juntamente com todos os demais atores da Conferência, em especial os próprios jovens, devem lançar as bases para a realização da próxima CNIJMA, com a importante missão de consolidar e plantar na história, ou melhor, de construir uma casa definitiva para este encontro infantojuvenil no contexto do Estado e da sociedade, em favor da cidadania e da sustentabilidade socioambiental na escola, no Brasil e no mundo.

Em diálogo com esse propósito, agrega-se o caderno 6, onde algumas propostas foram implementadas, como o foco em valores, as oficinas participativas e a Pedagogia da Cooperação.

Conforme Paulo Freire, "onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender". Portanto, apresenta-se a seguir um resumo das edições da Conferência, com a lista de mulheres e homens das equipes técnicas que tornaram possível aquela primeira década da CNIJMA...

Resumo e Equipes da CNIJMA

1ª CNIJMA

Resultados



Coordenação: MMA em parceria com o MEC

Público envolvido: 15.452 escolas, 3.461 municípios e 5.658.877 pessoas

Tema: Vamos cuidar do Brasil

Temas debatidos: Como vamos cuidar da nossa água, dos seres vivos, dos nossos alimentos, nossa escola e nossa comunidade.

Produto das Conferências nas escolas: Proposta de política ambiental, cartaz de campanha sobre proposta da comunidade.

Resultado final da CNIJMA: Doc. Base "Propostas das Escolas para um Brasil Sustentável" Elaboração da Carta Jovens Cuidando do Brasil, spots de rádio, vídeo, jornal e apresentação das propostas.

Proposta para a criação de Com-Vida, dos Coletivos Jovens e da Rede da Juventude pelo Meio ambiente e Sustentabilidade (Rejuma)

Equipe

Coordenação geral: Rachel Trajber

Coordenação executiva da Conferência (adultos): Eugênio Spengler

Coordenação executiva da CNIJMA: Soraia Mello

Comissão Organizadora Nacional: Cláudio Langone-MMA/Presidente, Sylvio Petrus e Laura Duarte-MEC, Magaly Medeiros e Janete dos Santos-ABEMA, Jarbas R. de Assis e Elizete Siqueira-ANAMMA, Dep. João Alfredo e Dep. Luiz Alberto-Câmara dos Deputados, João Guilherme da Cunha e Gerhard Sardo-Conama, José Mendo M. de Souza-CNI, Assuero Veronez e Tibério Guitton-CNA, Fidelis Paixão e Renato Cunha-FBOMS, Escrawen Sompré-Populações Indígenas e Dulce Pereira-Populações Afro brasileiras.

Assessores técnicos: Fábio Deboni, Marcia Albertini e Raquel Marti Henkin

Equipe técnica: Ana Lúcia do Carmo, Antonio Cardoso, Clóvis Henrique de Souza, Délcio Rodrigues, Edson Cláudio Pistori, Eduardo Rombauer, Fábio Ourique, Georgina Fagundes, Henrique Dantas de Santana, Júlio Frazão, Lucialice Cordeiro, Maria Magnólia Lima, Mauricio Laxe, Neusa Helena Rocha Barbosa, Pedro Ivo Batista, Valéria da Cruz Viana e Vanja Bormenn Lira

Equipe de apoio: Anelize Schuler, Aline Prado, Christiane Pereira, Cláudia R. da Silva, Fernanda Figueiredo, Flávia B. de Oliveira, Gabriela de Oliveira, Glauco Monte, Helen Carolina Rocha, Ialê Garcia, Joarez Moreira Filho, Liliane Cardoso, Marcos Garcia e Marta Maria Silva de Souza.

Sistematização das contribuições ao Texto-base:

Coordenação: Patricia Kranz e Tereza Moreira

Equipe de sistematização: Ana Paula Borba Gonçalves Barros, André Stella, Andréa Figueiredo, Carmen Sampaio, Christian Niel Berlinck, Ednardo Machado, Fernanda Álvares Silva, Fernando Vasconcelos de Araújo, Flávia Pierangeli Carvalho, Heitor Medeiros, Luiz Henrique Fonseca Ribeiro, Maria Cristina Pedrosa, Maria de Fátima Pinto Marques Osório de Castro, Maria Henriqueta Raymundo, Mariângela de Araújo, Maurício Andrés, Nina Paula Ferreira Laranjeira, Symone Christine Santana Araújo, Sandra Larise Oliveira Santos Dantas, Sandra Soares de Mello, Simão Marrul Filho e Virgínia Pellegrini

Texto: Flávia Pierangeli, Rachel Trajber e Tereza Moreira

Equipe de Comunicação: Christiane Pereira, Giovana Perfeito, Lilly Silva, Sílvia Marcuzzo

Coordenação de Marketing: Tatiana Bicca

Coordenação de Eventos: Cláudia R. da Silva

Programação visual: Beatriz Serson e Raphael Pontual

Desenvolvimento de software de banco de dados: Benê Arruda

Digitação: Gláucia Cabral Carneiro

Ilustrações: Andréa Vilela e Mirela Spinelli

Colaboração: Alan Milhomens, Anna Cecília Cortines, Antônio Giles, Antônio Manuel Barahona, Bráulio Dias, Celso Petrillo, Cláudio Pereira, Dulce Maria Pereira, Éldis Camargo Cunha, Elza Pires, Érika Borba Breyer, Fátima Oliveira, Franklin de Paula Júnior, Geraldo Siqueira, Hélder Naves Torres, Inês Persecchini, Larisa Gaivizzo, Lazara Alves, Leonardo Tinoco, Luciano Corlesso, Márcia Resende, Maria Carolina Hazin, Maurício Laxe, Mauro Pires, Muriel Saragoussi, Pedro Ivo Batista, Pedro Eymard Melo, Rachel Biderman, Sandra Faillace, Sílvio Botelho, Sílvio Menezes, Valmir Gabriel Ortega, Vanessa Balbino

Agradecimentos: Comissão de Honra da CNMA: Augusto Cunha Carneiro, Avelino Ganzer, Bertha Becker, Elenira Mendes, Eunice Baia (Tainá), Fábio Feldman, Fernando Almeida-CEBDS, Glacy Zankan, Jecinaldo Barbosa Cabral-COIAB, Leonardo Boff, Magda Renner, Manuel Conceição Santos, Maria Livia Cabral, Paulo Nogueira Neto, Raimundo Barros, Thiago de Mello e Washington Novaes; Comissões Organizadoras Estaduais, Conselhos Jovens da CNIJMA, Núcleos de EA do IBAMA, Rede Brasileira de Educação Ambiental-REBEA.

2ª CNIJMA

Resultados



Coordenação: MEC em parceria com MMA

Público envolvido: 11.475 escolas, 2.865 municípios e 3.801.055 pessoas

Tema: Vamos cuidar do Brasil

Temas debatidos: biodiversidade, mudanças climáticas, segurança alimentar e nutricional e diversidade étnico racial.

Produto das Conferências nas Escolas: definição de uma responsabilidade, uma ação com base nos acordo internacionais e criação de cartaz com compromisso coletivo

Resultado final da CNIJMA: Materiais de educomunicação e Carta de Responsabilidades: Vamos cuidar do Brasil, entregue ao presidente Lula, após caminhada.

Número de delegados: mais de 500 delegados (até 20/UF)

Equipe

Coordenação Executiva:

MEC: Rachel Trajber - Coordenadora Geral de Educação Ambiental

MMA: Marcos Sorrentino - Diretor de Educação Ambiental

Equipe: Carolina Campos, Clóvis Henrique Leite de Souza, Fábio Deboni, Flávia Rodrigues, Hellen Falone, Henrique Santana, Luiz Cláudio Lima Costa, Maria Thereza Ferreira Teixeira, Soraia Silva de Mello, Sueli Chan

Facilitadores: Ana Lúcia do Carmo Luiz, Daisy Elizabete de Vasconcelos Cordeiro, Heloisa Maria Cunha do Carmo, Deise Keller Cavalcante, Isis de Palma, Marlova Intini, Moises dos Anjos Ataides, Neusa Helena Rocha Barbosa, Paula Fernanda de Melo Rocha

Apoio: Ananda Zinni, Hivson Freitas, Luena Mello, Rosana Freire

Edição: Soraia Mello, Rachel Trajber

Revisão: Luciano Chagas Barbosa

Comissão Orientadora Nacional: Andres Sebilia (SESC); Denise Pacheco, Bárbara Oliveira (SEPPIR); Belmira da Cunha (SESI); Carina Paccola (ANDI); Cibele de Oliveira (MDS); Claudia Rodrigues (SENAC); Denilson da Costa (CNTE); Denise Suchara, Fabiana de Araújo, Gracy Heijblom, Marcela de Oliveira (MS); Eda Bittencourt (SINEPE/DF); Francklin Furtado (UNESCO); Gersem Baniwa (COIAB); Gonçalina de Almeida (CONAQ); Helena de Biase, Lígia Gomes (FUNAI); Juca Cunha (FBOMS); Kelma Cruz (MDA); Loni Manice (SENAI); Maria de Lourdes Martins, Maria Julia Deptulski (MNMMR); Miriam Ferreira (FCP/MINC); Patricia Mousinho (REBEA); Vivian Melcop, Sirleide Tavares (UNDIME); Teresinha de Andrade (IBAMA); Tiago Manggini (MST); Yana Dumaresq (PNUMA).

Grupo de Trabalho MEC: Coordenadores SECAD: Antonio Munarim (CGEC); Eliane dos Santos Cavalleiro (CGDIE); Kleber Gesteira Matos (CGEI); Rosilea Maria Roldi Wille (CGAI). SECAD: Ana Nery (Gab.); Andréa Curado, Denise Tubino, Eneida Lipai, João Paulo Sotero, Priscila Maia Nomiyama, Viviane Vazzi, Patrícia Mendonça (CGEA); Antônio Maragon, Raquel Carvalho (CGEC); Andreia Lisboa, Ana José Marques, Denise Botelho, Edileuza Souza, Maria Auxiliadora Assunção (CGDEI); Susana Grillo (CGEI), Robson dos Santos (CGAI). SEB: Cleyde Tormena. SEESP: Valeria Rangel.

Colaboradores: Aguimar Nunes de Souza, Aline Maia, Antonio Duque de Souza Neto (Tota), Fernando de Castro, Jodson N. Silva (Joul), Rogério Dias da Silva (Erry-G), Sérgio Romão, Oswaldo Faustino, Wagner de Oliveira Jorge (Sasquat), (ZULU NATION BRASIL); Fernando Cabral, Grácia Lopes Lima, Isis Lima Soares, Mariana Casellato, Mayra Lima Soares, Mariana Manfredi, Teresa Melo, Thiago Lolo, Tiago Luna (Projeto CALABOCA JÁ MORREU); Rangel Mohedano, Vitor

Massao (ISPIS); Joana Amaral, Daniela Ferraz (DEA/MMA). Eloá Kátia Coelho (SEPPIR); Zenildo Caetano (SESCDF). Suzete Wachtel (GTZ); Equipe Projeto Política na Escola (UNB); Eduardo Rombauer, Mariana Santana.

3ª CNIJMA

Resultados

Coordenação: MEC em parceria com MMA

Público envolvido: 11.631 escolas, 2.828 municípios e mais de 3,7 milhões de pessoas

Tema: Mudanças Ambientais Globais

Temas debatidos: Terra – a biodiversidade, queimadas e desmatamento

Fogo – energia e mobilidade, modelo energético e transportes

Água – escassez, poluição e desertificação

Ar – atmosfera e mudanças climáticas

Produto da Conferência nas escolas: definição de uma responsabilidade e criação de um cartaz com compromisso coletivo

Resultado final da CNIJMA: Carta das responsabilidades por estado; produzidos materiais de educomunicação; elaborada a Carta de Responsabilidades para o enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais.

Número de delegados: 642 delegados

Recurso: repasse de recursos do MEC, via FNDE (resolução 54/2007) para os estados: aprox. 6 milhões de reais.

Equipe

Coordenação: Rachel Trajber-CGEA/MEC, Marcos Sorrentino-DEA/MMA

Equipe técnica: Ananda Zinni Vicentine, Clóvis Henrique Leite de Souza, Júlio Almeida, Hellen Falone, Luciano Chagas Barbosa, Luiz Cláudio Lima Costa, Neusa Helena Rocha Barbosa, Rachel Trajber, Rangel Artur Mohedano.

Enraizadoras: Ana Júlia Lemos Alves Pedreira, Ana Lúcia do Carmo Luiz, Camila Santos Bianchi, Leni Bueno Monteiro, Mariana Matos de Santana, Naiara Moreira Campos.

Apoio: Leonardo Lima, Luena Mello

Projeto gráfico e diagramação: André Araújo Poletto, Guilherme Stival

Agradecimentos: Comissões Organizadoras Estaduais (COEs) e Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs) e demais colaboradores de todo o processo da III CNIJMA. - Instituto Internacional de Educação do Brasil; Prefeitura Municipal de Luziânia-GO; Rede de Sementes do Cerrado; Universidade Católica de Brasília.

Comissão Orientadora Nacional: Ministério da Educação (Secretaria de Educação Básica - SEB, Secretaria de Educação Especial - SEESP, SECAD - Coordenação-Geral de Educação no Campo, Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena, Coordenação-Geral de Educação de Diversidade e Inclusão Educacional, Coordenação-Geral de Ações Educacionais Complementares, Escola Aberta, Comitê Assessor do Órgão Gestor (CIEA, CNA, CNI, CNC, Força Sindical, CUT, CGT, ANAMA, OAB, SBPC, CONAMA, CNE,UNDIME, IBAMA, ABI, ABEMA, FBOMS,RUPEA, REBEA, Agenda 21, REJUMA), Ministério da Cultura / Fundação Palmares, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Ministério da Justiça/ Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; • Secretaria Nacional de Juventude (SGPR), UNESCO, UNICEF, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores da

Agricultura – CONTAG, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.

4ª CNIJMA



Coordenção: MEC em parceria com MMA

Público envolvido: 16.538 escolas, 3.519 municípios, 5.193.881 pessoas

Tema: Vamos cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis

Temas debatidos: Gestão democrática, Currículo Escolas e Espaço Físico.

Subtemas: Terra – biodiversidade, queimadas e desmatamento

Fogo – energia e mobilidade, modelo energético e transportes

Água – escassez, poluição e desertificação

Ar – atmosfera e as mudanças climáticas

Produto das Conferências nas escolas: elaboração de projeto de ação

Resultado final da CNIJMA: Carta dos Estudantes, Carta do Órgão Gestor da PNEA e 108 projetos de ação eleitos nas Conferências estaduais, entregue à presidente Dilma, no Palácio do Planalto.

Número de delegados: 654 delegados

Recursos: repasse do MEC para os estados via FNDE, por meio do Plano de Ação Articulada. Aprox. 6,9 milhões de reais

Equipe

Coordenação: José Vicente de Freitas-CEGEA/MEC, Nilo Sérgio de Melo Diniz-DEA/MMA (Renata R. Maranhão-DEA/MMA)

Equipe técnica: MEC/ Daisy Elisabete de Vasconcelos Cordeiro, Eneida Maekawa Lipai, Jane Fátima Fonteneles Fontana, Lourival Inácio Batista, Luana Cristeli Sena, Magda Pereira Pinto, Naiara Moreira Campos, Rodrigo de Oliveira Júnior, Simone Portugal, Tereza Moreira, Thelmy Resende, Ricardo Veronezi Ferrão. MMA/Cristiano Cunha Pereira, Neusa Helena Rocha Barbosa, Taiana Brito Nascimento, Jefferson Sooma

Apoio: Roney Evangelista de Souza, Rosileide de Oliveira Gomes de Moraes

Revisão de texto: Valéria Barros Nunes e Fernanda Pereira Rodrigues

Comitê Consultivo Nacional: Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Secretaria Geral da Presidência da República – SGPR, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, Rede Universitária de Programas em Educação Ambiental – RUPEA, Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA, Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED, Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, Associação Nacional de Dirigentes Municipais de Meio Ambiente – ANAMA, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (dos estados) – CIEA, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

1ª CONFINT

Resultados



Coordenação: MEC em parceria com MMA

Público envolvido: 658 participantes, 62 países com Conferências nas Escolas e Nacionais, 87.258 Escolas participantes, 13.153.229 crianças e jovens participantes

Tema: Vamos Cuidar do Planeta/Mudanças Socioambientais Globais

Subtemas: Terra, água fogo e ar

Biodiversidade e a questão da homogeneização

Água e o problema da escassez

Queimadas e desmatamento; a energia e a mobilidade;

A atmosfera e as mudanças climáticas.

Produto das Conferências nas Escolas: 52 Cartas de Responsabilidades consolidadas nacionalmente com 552 responsabilidades.

Resultado final da Confint: Carta com 120 responsabilidades de acordo com os temas debatidos, expressas também numa Carta Musical (Português, Espanhol, Inglês e Francês).

Parceria: FPH (aporte de recursos, apoio técnico e envolvimento dos países da Comunidade Européia em desdobramentos), Unicef e Unesco

Número de delegados: 323 jovens de 12 a 15 anos

Recursos: Investimento de US $ 14.582.618 distribuído entre todos os países participantes

A mobilização dos países de língua portuguesa (CPLP) contou com projeto MEC em parceria com a ABC, num total de 815 mil reais. No total, o Governo Federal investiu aproximadamente R$ 3,5 milhões.

Equipe

Coordenação Geral: Rachel Trajber

Metodologia: Clóvis Henrique Leite de Souza (Coord.), Carla Borges, Carla Hirata, Cecilia Barsk, Elisa Sette, Julie LePhuez Brancante Machado, Luiza Molina, Maria Castelano, Mariana Matos de Santana, Mônica Mesquita, Nathalia Campos, Neusa Helena Barbosa, Rangel Arthur Mohedano, Rita Silvana Santana dos Santos,

Bem-Estar: Joana Amaral (Coord.), Ana Carolina Moreno, Ana Lúcia do Carmo Luiz, Camila Bianchi, Lorena Pontes Masri, Naiara Moreira Campos

Logística: Luiz Cláudio Lima Costa (Coord.), Isadora Cruxên, Leonardo Lima, Marcelo Facchina Macedo, Renata Trindade, Sandra Maciell

Comunicação e Cerimonial: André Araújo Poletto (Coord.), Bruno Nascimento, Gabriela Michelotti, Guilherme Stival, Hellen Simone Falone, Julyana Iack, Rodrigo Lins

Cultural: Jefferson Sooma (Coord.), Carolina Misorelli, Leonardo Cabral, Raí Marques

Articulação Institucional: Isis de Palma, Ana Maria Wilheim

Circuito de Aprendizagem: Diego

Sistema de Acompanhamento: François Soulard

Atividades da Conferência/Oficinas Radio: Gracia Maria Lopes, Mariana Casellato

Fotonovela: Mariana Manfredi

Fanzine: Anna Karine de Meneses Lima, Jéssica Gabrielle de Menezes

Publicidade: Bruno da Costa Andreoni,Júlia Azevedo,Vitor Massao Kodaira de Medeiros

Cobertura Jornalística: Isis Soares

Jardins Agroflorestais: Fabiana Mongeli Peneireiro, Helena Maria Maltez, Juã José Pereira

Cadê o Lixo que Estava Aqui?: Adriana Norte, Fernanda Branco Belizário, Mariane Pintor

A magia do Sol: Ofélia Bolívar, Leticia Martinez

Jogo Oasis: Thais Polydoro Ribeiro, Rafael Ceccon, Paulo Ricardo Farine

Cultivando Água Boa: Isabel Campos Salles Figueiredo, Sérgio Borges Paim Pamplona

Mudanças Climáticas: Martin Jarrath, Moritz Rehfeld

Mensagem das Águas: Nádia Campos

Danças Circulares: Karina Perpétuo

Somos Som: Angel Luis, Celina Lerner, Daniel Telles, Fernando Fegatto, Luciano Sallun

Vídeo documentário: Carlos Nascimbeni (Coord.), Carlos Eduardo Paranhos Ferreira, Douglas Zeurg, Julio Brunet, Marco Romiti, Rodrigo Alves, Ruy Fialho, Wagner Casseano

Comunidade Virtual: Teresa Mary Pires de Castro Melo (Coord.), Adriana Sheyla Moura Murari, Cesar Augusto Cardoso de Lucca, Geraldo Tadeu Souza, Gilmara Leles Cardoso, Juliana Alves Baptista, Leonardo Daniel de Oliveira, Lívia Mara Sant' Ana Sousa, Mariana Landulpho Martini, Miguel Peixoto Costa Carvalho, Angelo Moscozo Silveira, Romina Daisy Castro Rojas, Samuel Coelho, Tainá Amanara Aguiar Santos, Vanessa Emika Ito

Fotografia: Peter David Caton (Coord.), Cristiane Aoki

Referências

BARBOSA, Neusa Helena Rocha. Documento técnico contendo proposta de plano de trabalho para a realização do VI Encontro de Juventude pelo Meio Ambiente apresentando pelo menos quatro propostas de oficinas em duas temáticas: uma sobre Conferência e outra sobre o Programa Escolas Sustentáveis. Projeto 914 BRA 1109. Produto 3. Maio, 2013.

BASE DE DADOS I, II, III e IV CNIJMA. Arquivos CGEA/MEC.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pergunta a várias mãos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Passo a Passo para a Conferência do Meio Ambiente na Escola. Brasília: MMA/PRONEA, 2003.

_____. Formando COM-VIDA: Construindo Agenda 21 na Escola. Ministério da Educação/ Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília: MEC, 2004.

_____. Coletivos Jovens de Meio Ambiente: Manual Orientador. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. Brasília: MMA/MEC, 2005.

_____. Propostas das Escolas para um Brasil Sustentável. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Infanto_Juvenil_MA/caderno_propostas_1_conferencia_infanto_juvenil_meio_ambiente_1.pdf>. Acesso em 29/08/2014.

CARO, Francis G. Pesquisa avaliativa: uma visão panorâmica. In: GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo; SOUZA, Clarilza Prado de (orgs.). Avaliação de Programas Educacionais: vicissitudes, controvérsias, desafios. São Paulo: EPU, 1982.

CARTA DA TERRA EM AÇÃO. Carta da Terra. Disponível em:<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>. Acesso em: 15/08/2014.

CGEA/MEC. Organizando uma Oficina de Conferência. Arquivo digital,2005.

_____. Texto Explicativo sobre Conferência. Arquivo digital, versão 2, 2005.

_____. Organizando uma oficina de Conferência. Arquivo digital, 2005.

_____. Cópia de Patrocinadores e Parceiros II. Arquivo digital, 2005.

_____. Relatório referente ao treinamento e coordenação da equipe de jovens facilitadores responsáveis pelo desenvolvimento da metodologia da Conferência Nacional. Clóvis Henrique Leite Souza. Produto 3. Arquivo digital, 2006.

CZAPSKI, Silvia. Mudanças Ambientais Globais. Pensar + Agir na Escola e na Comunidade. Brasília: Ministério da Educação, Secadi: Ministério do Meio Ambiente, SAIC, 2008. Terra, Fogo, Água, Ar.

DEBONI, Fábio; MELLO, Soraia Silva de. Pensando sobre a "geração do futuro" no presente: jovem educa jovem, COM-VIDAS e Conferência. In: TRAJBER, Rachel;

MELLO, Soraia Silva de (Orgs.). Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: MEC/CGEA/MMA/DEA: UNESCO, 2007.

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Para Sistematizar Experiências. Brasília: MMA, 2006. Série Monitoramento e Avaliação.

IPEA. Propostas das Escolas para um Brasil Sustentável. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Infanto_Juvenil_MA/caderno_propostas_1_conferencia_infanto_juvenil_meio_ambiente_1.pdf>. Acesso em 29/08/2014.

MEC. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em 15/08/2014.

_____. Relatório Final II CNIJMA. Brasília, 2006.

_____. Relatório Final III CNIJMA. Brasília, 2009.

_____. Conferência Internacional Infantojuvenil – Vamos Cuidar do Planeta: uma Contribuição ao Programa de Educação Ambiental da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Relatório Final.Brasília, 2010a.

_____. Relatório Final Confint. Brasília, 2010b.

_____. Relatório da 4ª Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. 2013 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=38511-iv-c-nijma-relatorio-final-pdf&category_slug=abril-2016&Itemid=30192

_____. Documentos Técnicos: II Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Série Documentos Técnicos, nº 11. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/dt11_1.pdf>. Acesso em 21/08/2014.

_____. Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais. Disponível em: >http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/livreto_escola_sustentavel_isbn_final.pdf>. Acesso em 28/08/2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. Revista Brasileira de Educação Médica. Nº 1. Suplemento 1, volume 33, 2009.

MOREIRA, Terezinha Aparecida. Documento técnico contendo estudo analítico sobre escolas sustentáveis, considerando a dimensão do currículo, da gestão e do espaço físico e enfocando experiências exitosas, políticas públicas existentes, lições aprendidas e indicações de ações capazes de realizar a transição da escola em direção à sustentabilidade socioambiental. Projeto: BRA/OEI/10/001. Brasília: 2014.

ProFEA. Programa Nacional de Formação de Educadoras(es)Ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade. Série Documentos Técnicos 8. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2006.

ProNEA. Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014.

SOARES, Isis Lima. Considerações sobre 10 anos de Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Sociologia e Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: http://pt.slideshare.net/isislimasoares1/tcc-isis-final Acesso em 17/05/2015.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel. Políticas de Educação Ambiental do Órgão Gestor. In: TRAJBER, Rachel; MELLO, Soraia Silva de (Orgs.). Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: MEC/CGEA/MMA/DEA: UNESCO, 2007.

SOUZA, Clóvis Henrique Leite de; ALENCAR, Joana Luiza Oliveira; LIMA, Paula Pompeu Fiuza; RIBEIRO, Uriella Coelho. Apresentação. In: ALENCAR,Joana Luiza Oliveira Alencar (coord.). Experiências de Monitoramento dos Resultados de Conferências Nacionais. Brasília: IPEA, 2012a. Nota Técnica nº 7.

SOUZA, Clóvis Henrique Leite de et al.. Fatores Críticos de Sucesso na Organização de Conferências Nacionais. Brasília: IPEA, 2012b. Nota Técnica nº 2.

VITORASSI, Silvana. Construção participativa de indicadores de avaliação do Programa de Educacão Ambiental da Itaipu Binacional. Universitat de lesIllesBalears. Departamento de Pedagogia Aplicada e Psicologia da Educação Programa Interuniversitário de Doutorado de Educação Ambiental. Tese de doutorado, 2014.

WEFFORT, Madalena Freire. Observação, Registro e Reflexão. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

WEISS, Carol. Pesquisa avaliativa no contexto político. In: GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo; SOUZA, Clarilza Prado de (orgs.). Avaliação de Programas Educacionais: vicissitudes, controvérsias, desafios. São Paulo: EPU, 1982.

WORTHEN, Blaine R. Visão geral do mosaico formado pela avaliação e controle educacionais. In: GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo; SOUZA, Clarilza Prado de (orgs.). Avaliação de Programas Educacionais: vicissitudes, controvérsias, desafios. São Paulo: EPU, 1982.

Apoio:









Órgão Gestor da PNEA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO